

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



Nós, **Populações Tradicionais Extrativistas**, representadas pelo **Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)**, dirigimo-nos à **Presidência da COP30**, à **delegação brasileira** e à **comunidade internacional** para **afirmar nossa posição** e **apresentar nossas propostas** diante da **emergência climática que ameaça os povos, os territórios e os sistemas de vida da floresta**.

Há 40 anos, nossas organizações (associações, cooperativas e federações) atuam em rede por meio do CNS, mobilizando populações extrativistas como seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco e outros povos e comunidades tradicionais. Juntos, **protegemos mais de 42 milhões de hectares de florestas e rios por meio do uso sustentável da floresta. Ou seja, 5% do território nacional.**

Os territórios tradicionais extrativistas mantêm cobertura florestal nativa com índices de desmatamento significativamente menores que outras categorias fundiárias. Essa estabilidade ecológica é resultado direto do uso sustentável praticado pelas populações tradicionais extrativistas, cuja presença contínua impede a degradação, promove a regeneração e conserva estoques de carbono. **Estima-se que nossos territórios armazenem aproximadamente 25,5 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente, o que corresponde a cerca de 11 anos das emissões totais do Brasil.**

Ao aliar conservação ambiental com justiça social, os territórios extrativistas tornam-se estratégicos para o enfrentamento da mudança do clima, contribuindo de forma concreta para a mitigação das emissões e a adaptação dos ecossistemas e comunidades aos seus impactos.

Essa trajetória tem raízes na luta histórica do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, fundado em 1985 sob a liderança de Chico Mendes, que deu voz e articulação política aos povos da floresta diante da violência, da grilagem e da destruição ambiental. Ao lado de Chico, lideranças como Wilson Pinheiro (assassinado em 1980 por defender os direitos dos seringueiros em Brasileia, no Acre), marcaram o início de uma resistência que se consolidaria como movimento nacional. Três anos após a criação do CNS, Chico Mendes também foi assassinado, em 1988, por sua atuação firme na defesa da floresta e dos territórios extrativistas, tornando-se símbolo internacional da luta socioambiental.

Desde então, **o CNS tem sido expressão viva da força de centenas de comunidades que enfrentam cotidianamente conflitos fundiários, ameaças de invasores, desmatamento ilegal, contaminação das águas e violações de direitos.** Muitas lideranças tombaram ou seguem resistindo na linha de frente pela proteção dos bens comuns e pelo reconhecimento dos modos de vida tradicionais. Esse legado de coragem, solidariedade e perseverança sustenta hoje uma das maiores redes comunitárias de conservação socioambiental do planeta.

Nossos territórios são o coração dos sistemas vivos que protegem o clima. No entanto, eles também estão entre os mais impactados pela crise climática. O aumento das temperaturas, a intensificação das queimadas e as longas estiagens já afetam diretamente as comunidades extrativistas, comprometendo a produção de alimentos, a coleta de produtos da floresta e o acesso à água. Rios antes navegáveis estão secando por meses inteiros, como no caso do rio

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



Acre e de igarapés na região do Juruá, dificultando o transporte e o abastecimento. A fumaça das queimadas tem atingido aldeias, vilas e cidades, afetando a saúde de adultos e crianças. A perda da biodiversidade (com a redução de populações de peixes, castanheiras e outras espécies essenciais) ameaça os modos de vida tradicionais e enfraquece as estratégias de subsistência das famílias. Diante disso, manter os territórios extrativistas vivos e fortalecidos é também garantir resiliência climática para o Brasil e para o planeta.

Nossas organizações são expressão e realização da cidadania ecológica da floresta. Exigimos que nossas contribuições sejam reconhecidas não apenas em discursos, mas em políticas, financiamento, acesso a espaços de decisão e nos compromissos nacionais e internacionais do Brasil.

Além disso, reivindicamos que o CNS, as organizações das comunidades tradicionais extrativistas, assim como nosso Fundo Puxirum, sejam reconhecidas como parte estruturante da governança climática, não apenas como experiências-piloto, mas como instrumentos legítimos de gestão, capazes de captar, gerir e distribuir recursos climáticos de forma efetiva e enraizada nos territórios.

Mais que palavras, queremos soluções implementadas na prática. Nossa resistência é ação climática concreta. A solução somos nós.

Esta carta apresenta seis eixos de propostas articuladas pelas populações extrativistas, com foco em soluções baseadas na natureza, no conhecimento tradicional e na governança comunitária. São caminhos viáveis, já praticados em nossos territórios, que precisam ser reconhecidos, fortalecidos e integrados às políticas climáticas nacionais e aos acordos internacionais.

Cada eixo apresenta, ao final, a relação direta com artigos do Acordo de Paris ou decisões da UNFCCC, indicando como as propostas podem ser incorporadas de forma concreta às políticas climáticas nacionais e às negociações internacionais.

1. Reconhecimento das Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e outros territórios das populações tradicionais extrativistas como estratégias climáticas nacionais e internacionais

As populações extrativistas habitam e manejam vastas áreas de floresta e outros ecossistemas, contribuindo efetivamente para a redução do desmatamento e a conservação da biodiversidade. Reivindicamos que:

- As Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e demais territórios tradicionais, assim como as NDCs próprias dos povos da Amazônia, já em elaboração, sejam reconhecidos formalmente na NDC brasileira e nos tratados climáticos nacionais e internacionais, em virtude da sua contribuição efetiva para a redução do desmatamento, da manutenção da vegetação nativa e da conservação de estoques de carbono;
- Esses territórios sejam priorizados em políticas de adaptação e mitigação, com investimentos consistentes e permanentes, com recursos públicos e privados voltados

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



à proteção territorial, apoio à gestão comunitária, fortalecimento da vigilância territorial e ampliação de incentivos a práticas sustentáveis de uso da floresta;

- Sejam elaborados Planos de Enfrentamento da Mudança do Clima em nível territorial, abrangendo ações de mitigação e adaptação específicas para Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e outros territórios tradicionais, com participação das comunidades e integração às políticas climáticas nacionais;
- Seja estabelecido um mecanismo oficial de monitoramento e valorização do papel climático desses territórios, com indicadores construídos em diálogo com as organizações locais. Esse mecanismo deve possibilitar a geração de dados específicos sobre as contribuições dos territórios extrativistas para o clima, como a taxa de desmatamento evitado, a integridade ecológica mantida e as práticas sustentáveis implementadas. Também deve fundamentar o acesso a políticas públicas, recursos climáticos e inclusão nas NDCs, promovendo a valorização técnica e política das comunidades locais.
- Seja garantida a presença dos representantes das populações tradicionais extrativistas nos espaços de decisão e negociação climática, reconhecendo-os como negociadores e autoridades climáticas.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigos 4 (mitigação), 7 (adaptação) e 5 (florestas) do Acordo de Paris; decisões da UNFCCC sobre REDD+ e soluções baseadas na natureza.

2. Fortalecimento da sociobioeconomia como eixo da transição justa nos territórios extrativistas

A sociobioeconomia que defendemos é construída a partir da valorização dos produtos da sociobiodiversidade com base no uso sustentável dos recursos naturais, e deve dialogar com uma visão de bioeconomia que incorpore inovação tecnológica, respeito aos saberes tradicionais e sustentabilidade ecológica. A sociobioeconomia que interessa às populações tradicionais extrativistas é aquela que assegura repartição justa de benefícios, reconhece os direitos associados ao conhecimento tradicional e promove o uso sustentável da biodiversidade respeitando a capacidade de suporte dos ecossistemas.

Nesse contexto, afirmamos a centralidade da **economia da floresta viva**, estruturada a partir da relação entre as comunidades tradicionais e seus territórios, onde a produção territorializada respeita os ciclos ecológicos, os modos de vida e as formas próprias de organização social. Essa produção está enraizada nos sistemas extrativistas, articulando atividades como o manejo comunitário da castanha, da borracha e dos óleos vegetais, com organização por meio de associações e cooperativas, e formas solidárias de comercialização.

Reivindicamos:

Inclusão da sociobioeconomia e da economia da floresta viva, baseada nos modos de vida extrativistas e que respeite nossos modos organizativos próprios (associações, cooperativas), como

- eixo da política climática brasileira e nos programas internacionais de transição energética e econômica;

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



- Financiamento estruturante para cadeias da sociobiodiversidade com foco em agroindústrias comunitárias, armazenagem, logística, certificação e acesso a mercados;
- Valorização da economia não monetária dos modos de vida baseados na floresta que dão identidade às comunidades tradicionais extrativistas, que fortalecem os vínculos com a natureza, com a coletividade e com a memória ancestral, em vez de reduzi-los a preços e mercados.
- Reconhecimento do papel das organizações extrativistas na estruturação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e da sociobioeconomia, assim como na garantia de repartição justa de benefícios.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigos 2 (transição de baixo carbono), 10 (desenvolvimento e transferência de tecnologia) e 7 (resiliência de comunidades vulneráveis) do Acordo de Paris; princípios do Global Goal on Adaptation.

3. Financiamento climático direto e mecanismos de pagamento por serviços ambientais

As populações extrativistas e suas organizações têm capacidade de implementar projetos de clima e biodiversidade com efetividade e legitimidade, mas enfrentam entraves ao financiamento direto e à valorização dos serviços ambientais que prestam. O acesso aos recursos climáticos deve superar as barreiras impostas por estruturas de financiamento distantes da realidade dos territórios, muitas vezes baseadas em burocracias coloniais que excluem os verdadeiros protagonistas da floresta.

Reivindicamos:

- Implementação de mecanismos diversos de valorização dos serviços ambientais e dos modos de vida sustentáveis, incluindo pagamentos por serviços ambientais, repasses diretos para adaptação climática baseada na comunidade e incentivos territoriais não condicionados, com acesso simplificado e direto às comunidades extrativistas, de preferência via fundos comunitários, respeitando seus modos de vida, suas formas organizativas e seus direitos territoriais, reconhecendo as populações tradicionais extrativistas como protagonistas na prestação de serviços ambientais.
- Estabelecimento de mecanismos simplificados e específicos para o acesso direto aos fundos climáticos multilaterais (GCF, Fundo de Adaptação, Fundo de Perdas e Danos) por fundos comunitários, como o Fundo Puxirum e outras iniciativas da Amazônia e do Cerrado, com menos burocracia e mais autonomia;

Implementação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) no Brasil com definição de uma cota para povos indígenas e povos e comunidades tradicionais proporcional à contribuição para a conservação das florestas, que no Brasil corresponderia a aproximadamente US\$ 600 milhões (equivalentes a cerca de 60% dos recursos a serem destinados pelo TFFF ao Brasil, considerando a taxa atual de desmatamento), para implementação por meio dos fundos territoriais comunitários, como o Fundo Puxirum.

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



- Reconhecimento e apoio técnico às iniciativas já existentes de gestão financeira comunitária.
- Todos os mecanismos devem respeitar as formas organizativas próprias dos povos extrativistas, sejam formais ou informais.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigos 6 (cooperação), 9 (financiamento) e decisões da COP sobre entidades acreditadas no GCF; recomendações do Comitê de Perdas e Danos sobre financiamento baseado em comunidade; e diretrizes do Artigo 5 do Acordo de Paris sobre conservação florestal e incentivos positivos, incluindo mecanismos de pagamento por resultados como os PSA.

4. Educação, juventude, mulheres e saberes tradicionais no centro da adaptação climática

O enfrentamento da mudança do clima exige a preservação e transmissão intergeracional do legado dos saberes territoriais, especialmente aqueles relacionados ao manejo sustentável da biodiversidade, à proteção dos bens comuns e à convivência com os ciclos naturais. É preciso romper com modelos de educação que afastam os jovens de seus territórios e saberes, reproduzindo uma lógica que desvaloriza os modos de vida extrativistas e reforça a visão dominante de progresso que destrói a floresta. A educação do campo, das águas e das florestas deve fortalecer a identidade comunitária e o pertencimento à terra.

Para isso, é essencial fortalecer a juventude extrativista como guardiã inovadora desse legado, capaz de liderar respostas comunitárias à crise climática. Essa transição exige financiamento climático específico e acessível para jovens extrativistas, com mecanismos adequados em fundos como o Fundo Clima, o Fundo Amazônia e outros instrumentos nacionais e internacionais.

Além disso, as mulheres extrativistas são guardiãs fundamentais da floresta viva e protagonistas na transmissão intergeracional de saberes, na gestão comunitária e na produção da sociobioeconomia. Sua atuação assegura a continuidade da vida, a preservação dos territórios e a inovação das respostas comunitárias à crise climática.

Reivindicamos:

- Inclusão da Educação do Campo, das Águas e das Florestas como eixo estruturante da política climática, com valorização de estratégias como a pedagogia da alternância, o ensino técnico integrado às realidades locais, as Casas Familiares Rurais e a incorporação das práticas agroextrativistas e da oralidade tradicional nas estratégias de adaptação climática;
- Criação de cotas para comunidades extrativistas no acesso ao ensino superior, como estratégia para formar nossos próprios advogados, médicos, engenheiros, comunicadores e demais profissionais necessários à sustentabilidade dos territórios;
- Apoio à formação de jovens extrativistas como agentes da transição ecológica e líderes comunitários, com financiamento para redes de transmissão de saberes entre gerações, voltadas ao manejo sustentável, restauração ecológica, resiliência alimentar e uso de tecnologias de comunicação (como redes sociais, ferramentas digitais e

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



inteligência artificial) integradas à valorização e disseminação dos conhecimentos tradicionais voltados à adaptação climática.

- Participação plena e efetiva das mulheres extrativistas nos espaços nacionais e internacionais de decisão climática, com implementação de mecanismos de financiamento direto voltados especificamente às mulheres dos territórios, assegurando recursos adequados para suas organizações, atividades produtivas e iniciativas próprias.
- Reconhecimento formal dos saberes, das ciências e das tecnologias próprias das populações extrativistas como estratégias legítimas de mitigação, adaptação e restauração, em pé de igualdade com soluções contemporâneas, assegurando direitos coletivos sobre autoria e protocolos de proteção contra apropriação indevida.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigo 12 (educação e capacitação) do Acordo de Paris; diretrizes do Work Programme on Action for Climate Empowerment (ACE), com ênfase na valorização dos saberes tradicionais, inclusão da juventude e uso de tecnologias de comunicação em estratégias de educação climática adaptadas aos territórios; Artigos 7 (adaptação) e 12 (participação) do Acordo de Paris; decisões da UNFCCC sobre igualdade de gênero e ação climática; Plano de Ação de Gênero (Gender Action Plan).

5. Infraestrutura e mobilidade com soberania e resiliência

As populações extrativistas enfrentam desafios estruturais relacionados à logística de escoamento da produção, à geração e distribuição de energia limpa, à conectividade digital e ao acesso regular a serviços públicos de saúde, educação e assistência técnica. Reivindicamos:

- Apoio à implantação de energia limpa descentralizada com gestão comunitária em todos os territórios;
- Incentivo a soluções de transporte sustentável e de baixo carbono para escoamento da produção e mobilidade das comunidades, considerando a realidade amazônica e dos demais biomas;
- Programas de conectividade digital adaptados às realidades dos territórios, com atenção às escolas e cooperativas.

Implementação de exemplos-piloto de infraestrutura e mobilidade sustentável para as comunidades extrativistas, que inspirem políticas públicas adequadas à realidade amazônica.

Essas medidas também são fundamentais para viabilizar a sociobioeconomia nos territórios, garantindo condições justas de produção e comercialização.

Conexão com compromissos internacionais:

Artigo 7 do Acordo de Paris, que orienta a adaptação com base nas vulnerabilidades e capacidades locais, incluindo infraestrutura resiliente e acessível; Artigo 10, sobre desenvolvimento e transferência de tecnologias adequadas às necessidades dos países em

Carta das Populações Tradicionais Extrativistas à COP 30

Belém, Pará – Brasil, setembro de 2025



desenvolvimento; e compromissos da Agenda 2030 com o acesso equitativo à energia limpa (ODS 7), mobilidade sustentável (ODS 11) e conectividade digital inclusiva (ODS 9).

6. Governança climática com protagonismo das populações extrativistas

As decisões sobre clima devem incluir as vozes, os saberes e as experiências acumuladas pelas populações extrativistas que habitam e manejam os territórios. Sua presença contínua, sua capacidade de organização e seus modos de vida são fundamentais para construir políticas climáticas justas, eficazes e enraizadas na realidade dos biomas brasileiros. Nenhuma política climática será justa se não proteger integralmente as lideranças extrativistas e defensoras dos bens comuns. O Brasil precisa pôr fim à impunidade e à violência nos territórios. Defender os defensores é condição básica de qualquer pacto climático fundado na justiça.

A proteção das lideranças, comunidades e defensores da floresta deve ser reconhecida como ação climática estratégica. Defender os defensores é parte inseparável da luta climática.

Reivindicamos:

- Reconhecimento das comunidades extrativistas como protagonistas da governança climática nacional e internacional.
- Participação direta do CNS e das organizações extrativistas nos espaços nacionais de governança do clima (Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, construção da NDC, Comitê do Fundo Nacional de Mudança do Clima);
- Reconhecimento dos extrativistas como autoridades climáticas locais e inclusão plena nas delegações oficiais brasileiras na COP;
- Inserção plena das populações tradicionais extrativistas na Plataforma de Comunidades Locais e Povos Tradicionais (PCLP);
- Apoio à realização de eventos e espaços de incidência das populações extrativistas durante a COP30 em Belém.
- Implementação urgente de mecanismos de proteção, responsabilização dos agressores e valorização pública dos guardiões da floresta.
- Inclusão no Balanço Global da UNFCCC, da proteção das lideranças, comunidades e defensores da floresta.

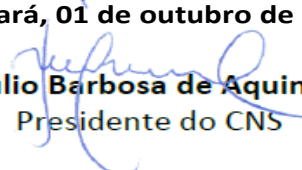
Conexão com compromissos internacionais:

Artigo 12 (participação), princípios da UNFCCC sobre equidade e participação efetiva; boas práticas indicadas pelo IPCC no 6º ciclo de avaliação.

Este é nosso chamado aos governos, parceiros e instituições internacionais: caminhar com a floresta viva, com os povos da floresta. Com respeito, escuta e compromisso mútuo, será possível construir uma resposta climática verdadeiramente justa, com a floresta viva e esperança para o futuro. **A solução somos nós!**

Local, Belém do Pará, 01 de outubro de 2025

Assina:


Júlio Barbosa de Aquino
Presidente do CNS

Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS